



PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2014

Inscreve o nome de Francisco José do Nascimento no Livro dos Heróis da Pátria.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art 1º Fica inscrito o nome de Francisco José do Nascimento no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília.

Art 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Francisco José do Nascimento, abolicionista brasileiro e jangadeiro de profissão, nasceu em Canoa Quebrada, Aracati, Estado do Ceará. Descendente miscigenado de escravos, era filho do pescador Manoel do Nascimento e da rendeira Matilde Maria da Conceição. Aos 8 anos de idade, ficou órfão do pai, que faleceu nos seringais amazônicos. Criado pela mãe, em meio a muitas dificuldades, ficou conhecido como “Chico da Matilde” e desde criança envolveu-se no cotidiano do litoral.

Francisco cresceu analfabeto e só aos 20 anos aprendeu a ler. Pescador, tornou-se chefe dos catraieiros, assim chamados os condutores de jangadas e botes do litoral da capital cearense, e trabalhou nas obras do porto de Fortaleza (1859). Depois, empregou-se como marinheiro em um navio que fazia a linha Maranhão-Ceará e, alguns anos mais tarde, foi nomeado prático da Capitania dos Portos (1874).

No período entre 1877 e 1879, o Ceará foi assolado por uma grande seca, o que desorganizou a produção do Estado e obrigou os fazendeiros a vender seus escravos para o sudeste do País. Convivendo





com esse drama do tráfico de escravos e sendo mulato, Francisco José liderou os jangadeiros para não mais embarcarem ou desembarcarem negros escravizados no litoral cearense.

Com o Porto de Fortaleza fechado ao tráfico de escravos para as outras províncias, os donos de escravos foram forçados a libertá-los, na impossibilidade de sustentá-los. Assim, Francisco José do Nascimento se envolveu na luta pelo abolicionismo e, em 1881, foi exonerado do cargo por ter liderado esse movimento praieiro contra o embarque dos escravos em terras cearenses. Contudo, o "Dragão do Mar", como passou a ser conhecido desde então, não desanimou e, em 1882, jurou "que não haveria força bruta no mundo que fizesse o tráfico negreiro ser reaberto no Ceará".

Em consequência, não havendo quem transportasse os escravos do porto até os navios negreiros, transporte esse feito pelos jangadeiros, o Estado do Ceará decretou, em 1884, pioneiramente no Brasil, a libertação de seus escravos. Tal fato valeu ao Estado do Ceará o nome de "Terra da Luz", dado por José do Patrocínio, e fez aumentar os ânimos de todos os abolicionistas do Brasil, merecendo inclusive as saudações aos cearenses do grande escritor francês, Victor Hugo.

No mesmo ano de 1884, o Dragão do Mar foi até o Rio de Janeiro, levando a jangada com a qual havia participado da "greve", que foi então doada ao Museu Nacional.

Por ordem do Imperador D. Pedro II, em 1889, o herói jangadeiro foi reconduzido ao cargo de prático da Capitania dos Portos, e no ano seguinte, já no regime republicano, recebeu a patente de Major-Ajudante de Ordem do Secretário-Geral do Comando Superior da Guarda Nacional do Estado do Ceará.

Em 1914, Francisco José do Nascimento, o Dragão do Mar, faleceu na capital cearense, poucas semanas antes de completar 75 anos.

Diante da bela história de heroísmo e dedicação desse admirável brasileiro, e considerando o disposto na Lei nº 11.597, de 29 de novembro, de 2007, a qual estabelece que serão registrados no Livro dos Heróis da Pátria o nome dos brasileiros ou de grupos de brasileiros que tenham oferecido a vida à Pátria, para sua defesa e construção, com excepcional dedicação e heroísmo, conclamo os nobres colegas





parlamentares a apoiarem a iniciativa que ora apresento no sentido de inscrever o nome de Francisco José do Nascimento no citado Livro, de forma a figurar entre os mais destacados personagens históricos de nosso país.

Sala das Sessões,

Senador JOSÉ PIMENTEL





Legislação citada



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.597, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2007.

Dispõe sobre a inscrição de nomes no Livro dos Heróis da Pátria.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, destina-se ao registro perpétuo do nome dos brasileiros ou de grupos de brasileiros que tenham oferecido a vida à Pátria, para sua defesa e construção, com excepcional dedicação e heroísmo.

Art. 2º A distinção será prestada mediante a edição de Lei, decorridos 50 (cinquenta) anos da morte ou da presunção de morte do homenageado.

Parágrafo único. Excetua-se da necessidade de observância de prazo a homenagem aos brasileiros mortos ou presumidamente mortos em campo de batalha.

Art. 3º O registro levará em consideração o transcurso de data representativa de feito memorável da vida do laureado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de novembro de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Gilberto Gil

Este texto não substitui o publicado no DOU de 30.11.2007.

